



PARECER

Trata-se o presente relato do parecer da comissão designada pela portaria 23 de 21 de junho de 2017, para análise de recurso impetrado ao Concurso Público da Prova de Títulos para o cargo de professor no primeiro nível da classe A, área de Meteorologia e Climatologia Agrícola e Florestal (Edital 18/2017), pela candidata Míriam de Almeida Marques.

A Comissão após análise dos argumentos dispostos na carta recursal da candidata decidiu pela manutenção das notas e da classificação final da mesma no referido concurso, com base nas justificativas abaixo:

1 – Quanto à apuração e proclamação dos resultados finais

Após consulta ao Diretor da escola de Agronomia da UFG, que estava presente no momento de apuração e proclamação do resultado final do referente concurso, nos foi repassado que a banca procedeu de acordo com o capítulo III, artigo 30 § 1º e § 2º da resolução CONJUNTA – CONSUNI/CEPEC 02/2013, onde foram abertos os envelopes individuais de cada membro da banca, contendo as notas da prova didática e defesa de memorial dos candidatos, no momento que as mesmas foram divulgadas para os presentes. Posteriormente o presidente da banca calculou as notas usando planilha eletrônica e a média final de cada candidato, com base no artigo 31 § 1º da referida resolução. O resultado final do concurso foi proclamado em seção pública realizada na sala 18, no dia 23/06/2017 às 18 horas, de acordo com o artigo 33 da referida resolução.

Veja notas no quadro abaixo:

Candidato	Prova escrita				Prova didática				Defesa de memorial				Média	Resultado	Prova de títulos	Média final	Classificação final
	Avaliadores			Média	Avaliadores			Média	Avaliadores			Média					
	1	2	3		1	2	3		1	2	3						
Miriam de Almeida Marques	7,2	7,5	7,6	7,43	7,4	7,5	7,0	7,3	7,5	7,0	7,0	7,17	7,3	Aprovado	3,47	6,53	6

2) Quanto a avaliação da prova didática

Após oitiva da gravação da prova didática e com base nos critérios adotados para avaliação da referida prova pela banca, a comissão decidiu pela manutenção da nota da prova didática da candidata, embasado que para a avaliação a banca fundamentou-se conforme Seção III (Da Prova Didática) artigo 22 § 9º da resolução CONJUNTA – CONSUNI/CEPEC 02/2013 que relata que será facultado à Banca Examinadora um período de até vinte (20) minutos para arguição do candidato sobre o conteúdo da prova didática, assegurado ao candidato igual período para responder a essa arguição. Entretanto a banca decidiu por não argumentar nenhum dos candidatos.

Ressalta-se ainda, que mediante o ponto sorteado, (*Ponto 11 - Variabilidade, tendências e anomalias climáticas, fenômenos ENOS, e mudanças climáticas: conceitos, aquisição e análise de dados, aplicações no planejamento e nas tomadas de decisão nas ciências agrárias*), a candidata abordou o assunto de maneira superficial e algumas vezes demonstrou ter pouco domínio do mesmo.

3) Quanto a avaliação da prova de títulos

Após reanálise dos currículos dos candidatos a comissão decidiu pela manutenção da nota da candidata, concluindo que o resultado manteve-se o mesmo. Isso porque foi verificado que a banca avaliou os currículos de acordo com a Seção IV, artigo 25, da resolução CONJUNTA – CONSUNI/CEPEC 02/2013, que relata:

Para calcular a Nota de Título (NT) de cada candidato na prova de títulos, a Banca Examinadora, usando os resultados da aplicação da Tabela de Pontuações Máximas na Prova de Títulos e das normas complementares, adotará o seguinte procedimento:

I - atribuir nota 10 à maior pontuação obtida no item I-Atividades de Ensino e converter as demais pontuações proporcionalmente a esta nota;

II - atribuir nota 10 à maior pontuação obtida no item II- Produção Intelectual e converter as demais pontuações proporcionalmente a esta nota;

III - atribuir nota 10 à maior pontuação obtida no item III- Atividades de Pesquisa e Extensão e converter as demais pontuações proporcionalmente a esta nota;

IV - atribuir nota 10 à maior pontuação obtida no item IV- Atividades de Qualificação e converter as demais pontuações proporcionalmente a esta nota;

V - atribuir nota 10 à maior pontuação obtida no item V- Atividades Administrativas e de Representação e converter as demais pontuações proporcionalmente a esta nota;

VI - nos itens em que o candidato não tiver nada a ser pontuado, será atribuída a nota zero;

VII - a Banca Examinadora deve calcular a Nota de Títulos de cada candidato pela média ponderada das notas dessas cinco classes de atividades, com pesos definidos nas normas complementares do concurso.

Após essa reanálise verificou-se também que não procede a alegação da candidata ao argumentar possuir um dos melhores currículos entre os candidatos. E ainda também não procede a alegação da mesma em possuir uma vantagem de 20 pontos em relação aos candidatos que possuem apenas mestrado, pois segundo o ANEXO Nº 01/2013, da resolução conjunta – CONSUNI/CEPEC 02/2013 (Tabela de pontuações máximas na prova de títulos), no item IV - 1 (PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO) o candidato regularmente matriculado em programas de doutorado também recebe pontuação, sendo no máximo de 12 pontos.



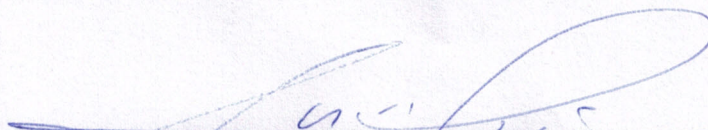
Veja nota no quadro abaixo:

CANDIDATO	ATIVIDADES DE ENSINO	PRODUÇÃO INTELECTUAL	ATIVIDADES DE PESQUISA E EXTENSÃO	QUALIFICACÃO	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DE REPRESENTAÇÃO	PROVA DE TÍTULOS
Miriam de Almeida Marques	2,76	1,79	4,38	2,27	10,00	3,47

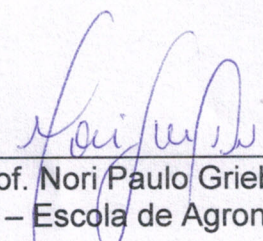
4) Quanto a defesa de memorial

Após oitiva da gravação da defesa de memorial a comissão não identificou por parte da banca nenhum tipo de agressão à candidata, sendo que as perguntas para todos os outros candidatos tiveram o mesmo direcionamento. Ressalta-se também que foi verificado que a banca nessa avaliação baseou-se no Artigo 26 da resolução conjunta – CONSUNI/CEPEC 02/2013, que relata que o memorial consistirá na análise crítica das atividades realizadas pelo candidato, incluindo a defesa da produção intelectual e dos projetos de pesquisa e de extensão, entre outros, com o objetivo de avaliar a sua experiência em relação às demandas institucionais para a **área de conhecimento preconizada no Edital do Concurso**. Portanto era esperado que todas as perguntas fossem relacionadas ao tema Meteorologia e Climatologia Agrícola e Florestal.

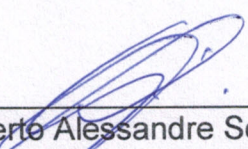
Escola de Agronomia, aos 03 dias do mês de Julho de dois mil e dezessete.



Prof. José Alves Junior
Professor – Escola de Agronomia – UFG



Prof. Nori Paulo Griebeler
Professor – Escola de Agronomia - UFG

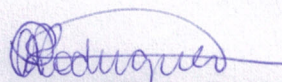


Prof. Gilberto Alexandre Soares Goulart
Professor – Escola de Agronomia - UFG

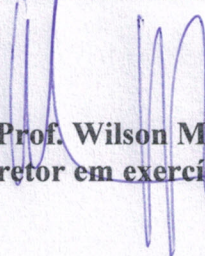
CERTIDÃO

CERTIFICAMOS que o Conselho Diretor da Escola de Agronomia da Universidade Federal de Goiás, em reunião extraordinária realizada dia 04/07/2017, aprovou, por unanimidade, parecer da Comissão nomeada por meio da Portaria nº 023/EA/UFG, de 21/06/2017, encarregada de proceder às análises de recursos interpostos por candidatos ao Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de cargo de Professor da Carreira do Magistério Superior, área Meteorologia e Climatologia Agrícola e Florestal, conforme Edital 18/2017/UFG, **desfavorável** ao recurso interposto pela candidata Miriam de Almeida Marques, em face do Resultado Final do referido certame.

Coordenadoria Administrativa da Escola de Agronomia da Universidade Federal de Goiás, aos quatro dias do mês de julho de 2017.



Célia Aparecida Ribeiro Rodrigues
Coordenadora Administrativa da EA/UFG



Visto:

Prof. Wilson Mozena Leandro
Diretor em exercício da EA/UFG